



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

28
1
001

RECURSO DE AGRAVO Nº 188847-1/01

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: CARLOS ALBERTO CARVALHO GALVÃO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. DECISÃO TERMINATIVA. RECURSO DE AGRAVO. PRESCRIÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. DESÍDIA DA FAZENDA. POSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A desídia da Fazenda Pública na obtenção do crédito tributário permite a decretação, de ofício, da prescrição intercorrente, sendo entendimento dominante de outrora, e agora pacificado com o advento da Lei nº 11.280/2006.

2. É dever das partes sempre diligenciar para promover o regular seguimento do processo, de modo que após o transcurso de prolongado tempo sem manifestação da Fazenda Pública, principal interessada na satisfação do crédito, tem-se caracterizada a desídia da parte, que por deixar de empreender qualquer esforço no sentido de efetivar a citação do devedor, não pode se socorrer da Súmula 106 do STJ, como pretende o recorrente, na certeza de que referida Súmula somente tem incidência quando a demora na citação for atribuída exclusivamente ao serviço judiciário.

3. Cabimento de honorários advocatícios contra a Fazenda Pública nos casos em que a exceção de pré-executividade é acolhida e é extinta a execução fiscal.

4. Recurso conhecido e improvido - À Unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso de agravo nº 0188847-1/01, figurando como agravante o Estado de Pernambuco e como agravado o Sr. Carlos Alberto Carvalho Galvão; acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26/01/2010


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

- Relator / Presidente -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

002

29
8

RECURSO DE AGRAVO Nº 188847-1/01

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: CARLOS ALBERTO CARVALHO GALVÃO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

O Estado de Pernambuco ingressou em juízo com Recurso de Agravo de Decisão Terminativa Monocrática prolatada no Agravo de Instrumento nº 188847-1, que lhe deu provimento, no sentido de reconhecer a ocorrência da prescrição e extinguir a execução fiscal de nº001.1998.008540-4. Condenou, ainda, a Fazenda Pública no pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa devidamente atualizado.

Argumenta o Agravante, em apertada síntese, que há ausência das hipóteses autorizadoras previstas no *caput* do art. 557 do CPC para a prolação da decisão monocrática proferida; que foi o próprio Poder Judiciário que não emprestou o devido impulso oficial ao processo, razão porque invoca a súmula 106 do STJ e o §2º do art. 219, do CPC. Além disso, aduz o não preenchimento dos requisitos autorizadores do reconhecimento de ofício da prescrição no processo de execução fiscal. Por fim, afirma a impossibilidade da condenação do exequente ao pagamento de honorários advocatícios pela aplicação do disposto no art. 1º D, da Lei 9494/97, acrescentado pela Medida Provisória 2.180-35/2001.

Dessa forma, requer o Agravante a reconsideração da decisão terminativa agravada, ou, em assim não entendendo, pede a remessa do presente Recurso de Agravo à Câmara Julgadora competente, para que seja reformada a decisão atacada.

É o relatório.

Recife, 26/01/2010


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

30
8
003

RECURSO DE AGRAVO Nº 188847-1/01

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: CARLOS ALBERTO CARVALHO GALVÃO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra Decisão Terminativa Monocrática prolatada no Agravo de Instrumento nº 188847-1, que lhe deu provimento, no sentido de reconhecer a ocorrência da prescrição e extinguir a execução fiscal de nº001.1998.008540-4. Condenou, ainda, a Fazenda Pública no pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa devidamente atualizado.

Argumenta o Agravante, em apertada síntese, que há ausência das hipóteses autorizadoras previstas no *caput* do art. 557 do CPC para a prolação da decisão monocrática proferida; que foi o próprio Poder Judiciário que não emprestou o devido impulso oficial ao processo, razão porque invoca a súmula 106 do STJ e o §2º do art. 219, do CPC. Além disso, aduz o não preenchimento dos requisitos autorizadores do reconhecimento de ofício da prescrição no processo de execução fiscal. Por fim, afirma a impossibilidade da condenação do exequente ao pagamento de honorários advocatícios pela aplicação do disposto no art. 1º D, da Lei 9494/97, acrescentado pela Medida Provisória 2.180-35/2001.

Por meio da via recursal eleita, requer o agravante a reconsideração da decisão terminativa agravada, ou, em assim não entendendo, pede a remessa do presente Recurso de Agravo à Câmara Julgadora competente, para que seja reformada a decisão atacada.

O presente recurso encontra-se com os requisitos legais e foi interposto tempestivamente.

Observa-se que a Fazenda Pública peticionou no feito em agosto de 1999, somente voltando a manifestar-se em setembro de 2004, após o juízo *a quo* fazer-lhe remessa dos autos. Decorreram-se, portanto, mais de cinco anos sem que tenha demonstrado interesse processual.

Des. João Bosco Gouveia de Melo
Destarte, entendo que razão não assiste ao Agravante, pois transcorridos mais de cinco anos, é válido ao juiz decretar, de ofício, a prescrição do crédito tributário, em face das disposições contidas no Código Tributário Nacional, vez que este tem *status* e eficácia de Lei Complementar, devendo prevalecer sobre a Lei de Execução Fiscal, simples lei federal, especialmente configurando-se a desídia por parte do credor para obtenção do seu crédito.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

31
8
COU

É dever das partes sempre diligenciar para promover o regular seguimento do processo, de modo que após o transcurso de prolongado tempo sem manifestação da Fazenda Pública, principal interessada na satisfação do crédito, tem-se caracterizada a desídia da parte, que por deixar de empreender qualquer esforço no sentido de efetivar a citação do devedor, não pode se socorrer da Súmula 106 do STJ, como pretende o recorrente, na certeza de que referida Súmula somente tem incidência quando a demora na citação for atribuída exclusivamente ao serviço judiciário.

Na hipótese dos autos, a decretação da prescrição do crédito tributário pelo Juiz é obrigatória, posto que além de ser matéria passível de ser reconhecida de ofício pelo Juiz, o agravado esteve inerte durante o longo prazo quinquenal, não diligenciando no sentido de ter o crédito tributário resgatado.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco, enfrentando situações parelhas, vem posicionando-se neste sentido (Apelações Cíveis nº 117254-1 e 133658-9, de 19/05/2006). Reproduzo em seguida julgamento desta Corte:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. AUSÊNCIA DE PROPULSÃO PROCESSUAL POR MAIS DE 05 (CINCO) ANOS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE SUSCITADA EM SEDE DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1 - Desde a data do aforamento do executivo fiscal em 15/07/1996, até a data em que o recorrido/executado deu-se por citado, ao comparecer espontaneamente nos autos para interpor exceção de pré-executividade requerendo o reconhecimento da prescrição, na data de 08/03/2005, o recorrente, ante a sua inércia, não promoveu todos os atos e diligências necessárias ao andamento do processo, o que importa em perda do interesse no prosseguimento da ação, autorizando, pois, a consumação da prescrição intercorrente, ante o esgotamento do prazo de 05 (anos) previsto no art 174 do CTN. 2 - Competiria à Fazenda Pública proceder, dentro do prazo prescricional, todos os atos de propulsão processual necessários, porém, permaneceu inerte por mais de 05 (cinco) anos, dando ensejo, em razão da sua negligência, à deflagração da prescrição intercorrente, afastando a aplicação da súmula nº 106 do E. STJ. 3 - Paralisado o processo executivo fiscal por mais de 05 (cinco) anos, sem qualquer promoção da parte interessada, "deve-se estabilizar o conflito, pela via da prescrição, impondo segurança jurídica aos litigantes, uma vez que afronta os princípios informadores do sistema tributário a prescrição indefinida" (STJ - AGRESP nº 617876, Órgão Julgador: Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ: 31.05.2004). 4 - Recurso de Agravo não provido. 5 - Decisão Unânime. (Recurso de Agravo Número do Acórdão 150241-8/01 Comarca Recife Número de Origem 01502418 Relator Fernando Cerqueira Relator do Acórdão Fernando Cerqueira Revisor Órgão Julgador 7ª Câmara Cível Data de Julgamento 9/7/2008 09:00:00 Publicação 132)

No pertinente aos honorários advocatícios, esclareço que a jurisprudência pátria já se manifestou no sentido do pagamento de honorários advocatícios contra a Fazenda Pública nos casos em que a exceção de pré-executividade é acolhida e é extinta a execução fiscal, conforme decisão do STJ, em situação parelha, como se verifica no julgado a seguir reproduzido:



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

32.
8
005

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. VERBA HONORÁRIA. CABIMENTO.

1. É cabível o arbitramento de honorários advocatícios contra a Fazenda Pública quando acolhida a exceção de pré-executividade e extinta a execução fiscal por ela manejada.

2. A extinção da execução fiscal depois de citado o devedor, desde que tenha sido constituído advogado e este tenha realizado atos no processo, impõe a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios, notadamente quando for apresentada exceção de pré-executividade.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 1055567/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 21/10/2008)

Essa é a orientação seguida por esta Egrégia Corte de Justiça, e que pode ser observado na ementa citada a seguir:

“TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ART. 557, CAPUT, DO CPC: EXIGIBILIDADE DE JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO RESPECTIVO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL OU TRIBUNAL SUPERIOR, PARA SE NEGAR SEGUIMENTO A RECURSO MONOCRATICAMENTE. DESCABIMENTO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. SENTENÇA PROLATADA EM 2000, SEGUNDO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DA ÉPOCA. IMPOSSIBILIDADE DE SE APLICAR RETROATIVAMENTE DISPOSITIVO DE LEI. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DELIBERAÇÃO UNÂNIME. a) no que toca à aplicação do art. 557, caput, do CPC, há de se registrar que não se exige, além da jurisprudência dominante no respectivo tribunal, que seja também no Supremo Tribunal Federal ou Tribunal Superior, para que negue o relator monocraticamente seguimento a recurso; b) o advento da Lei 11.280/2006, que alterou a redação do §5º do art. 219 do Código de Processo Civil, deu-se para reconhecer o entendimento então dominante de que tem o juiz o poder de decretar de ofício a prescrição em qualquer espécie processual, o que se estende ao crédito tributário, não mais subsistindo qualquer celeuma em torno do assunto; c) configurando-se inércia ou desídia do credor em resgatar seu crédito, não se configura impedimento algum à decretação da prescrição intercorrente de crédito tributário; d) tendo a sentença em que se decretou de ofício a prescrição intercorrente do crédito tributário se baseado no entendimento dominante da época, não cabe a aplicação retroativa, neste momento, de lei posterior que modificou a sistemática processual, mas simplesmente reconhecer o que fora decidido segundo o juízo de valor então pacificado; e) recurso de agravo a que se nega provimento, em deliberação unânime.”



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

006

(Recurso de Agravo nº 133658-9/01; Comarca: Recife; Relator: Luiz Carlos Figueirêdo; Órgão Julgador: Sétima Câmara Cível; Publicação: 20/07/2006).

Posto isso, **VOTO** pelo conhecimento e pelo não provimento deste Recurso de Agravo, mantendo-se Decisão Monocrática ora hostilizada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 26/01/2007


DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator -